

Presidente

Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy

Paulo Roberto Ferreira Levy

Luiz Fernando Cirne Lima

Roberto de Souza Ayres

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 26 de fevereiro de 1991

DIRETORIA***Director-Presidente***

Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vices-Presidentes

Henrique Alves de Araújo

Roberto Müller Filho

Roberto de Souza Ayres

Página 4

Há indícios de que as negociações entre o governo brasileiro e os credores privados estrangeiros, que se prolongam desde outubro, podem vir a ter, de ora em diante, um andamento mais acelerado. A visita que atualmente faz ao País o presidente do Banco Mundial (BIRD), Barber Conable, tem o objetivo claro de vencer alguns impasses, de modo que o Brasil possa normalizar as suas relações com os grandes centros financeiros mundiais.

Nesse novo cenário que começa a delinear-se, o Brasil poderia oferecer um menu de opções bem mais variado do que o detalhado em 1990. Não seria arriscado afirmar que a renegociação da dívida externa cada vez mais se inclina para uma vinculação com o processo de desestatização, desde que encontrada uma solução, pelo menos interina, para a questão do pagamento dos juros em atraso.

Tal como as coisas se apresentam no momento, o governo Collor aceita pagar 18,75%, em moedas conversíveis, dos juros pendentes, calculados em US\$ 8 bilhões. Isto seria feito parceladamente, sendo a primeira transferência, a ser efetuada de imediato,

Dívida externa e privatização

equivalente a 30% do total a pagar. O saldo seria convertido em bônus. Essa proposta, como relatou este jornal, não é mal vista pelos bancos internacionais. Eles gostariam naturalmente de receber mais, todavia o que realmente está entravando as conversações é a questão dos juros sobre esses papéis. O Brasil propõe pagar 3% ao ano sobre os bônus, sendo capitalizada a diferença entre essa taxa e as de mercado. Seria uma "capitalização da capitalização", tida como inaceitável por alguns bancos.

Enquanto não se chega a um acordo sobre esse ponto, surgem novidades no "front" interno que fazem prever novos desdobramentos. Como foi noticiado na semana passada, o BNDES estaria à espera de um sinal verde do negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, para pleitear junto ao comitê dos bancos credores uma flexibilização dos tetos atuais para a conversão de títulos representativos da dívida, os Deposit Facility

Agreements (DFA), com deságio de 25%, para dinamizar o programa de privatização. Fala-se também em utilização para o mesmo fim dos "exit bonus" (bônus de saída) e dos recursos dos Parallel Facility Agreements (PFA).

Quanto aos PFA, é preciso explicar que se trata de dinheiro marcado para investimentos, ingressado na última reestruturação da dívida em setembro de 1988. Apesar de representarem "dívida nova", os PFA foram também congelados, frustrando todas as empresas que estavam na fila para candidatar-se a uma parte deles. Em vista desse histórico, considera-se pouco provável que os credores admitam deságio sobre tais recursos, estimados em US\$ 600 milhões.

Os chamados investimentos-ponte indicam uma saída. Anunciado também na semana passada pelo diretor da Área Externa do Banco Central, Cláudio Sochaczewski, este é um imaginoso esquema para permitir que os

investimentos externos trafeguem com facilidade sobre os pilares dos títulos da dívida. Como explicou Sochaczewski, há companhias estrangeiras dispostas a fazer investimentos aqui mas não realizam suas intenções porque estão na expectativa de uma eventual reintrodução dos mecanismos de conversão da dívida, que proporcionariam capital mais barato.

Por meio dos investimentos-ponte, esse inconveniente é contornado. O governo garante às empresas que trouxeram capital de risco que, se houver leilões de conversão, elas poderão tirar proveito da taxa de desconto então definida para fazer a repatriação do total investido. O diretor do Banco Central nada comentou sobre isso, mas, possivelmente, os PFA poderiam ter o mesmo tratamento dado ao dinheiro novo em folha.

Como se vê, há uma aproximação dos interesses do governo brasileiro e dos bancos internacionais. O que é preciso para se chegar a um entendimento é dar um mais amplo escopo às negociações com os credores e elaborar um programa para compatibilizar o fluxo de investimentos com as metas da política monetária.